

# **RELATÓRIO CONTROLE INTERNO**

## Referente ao

### 1º Quadrimestre 2018

Prefeito Municipal  
José Geraldo Garcia

Controle Interno  
Janaína de Castro

SALTO, 06 DE JUNHO E 2018.



### **Apresentação:**

O Controle Interno da Prefeitura da Estância Turística de Salto, em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54 parágrafo único e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da lei nº 4.320/1964 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que estabelece referências para o Controle Interno do 1º Quadrimestre do exercício de 2018.

O Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal 3.185 de 22 de junho de 2013, em atendimento ao Comunicado SDG 32/2012, editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Os dados foram publicados no dia 26/05/2018 e apresentados na Câmara Municipal de Salto em 25/05/2018.

“Até o final dos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

Este relatório contém informações dos resultados obtidos na gestão administrativa orçamentária e financeira abordando os seguintes itens:

- 1. Área de Orçamento e Finanças**
- 2. Área de Recursos Humanos**
- 3. Receitas**
- 4. Despesas (empenhamento)**
- 5. Recursos Aplicados na Educação**
- 6. Recursos Aplicados em Saúde**
- 7. Controle de Bens Patrimoniais**
- 8. Licitações, Contratos**
- 9. Operações de Crédito**
- 10. Endividamento**
- 11. Adiantamentos**
- 12. Dívida Ativa**
- 13. Gestão Governamental**
- 14. Resultado Nominal e Primário**
- 15. Prestação de Contas**
- 16. Denúncias e Representações**
- 17. Conclusão**

### 1. Pela área de Orçamento e Finanças:

A Lei Municipal nº 3.716, de 15 de Dezembro de 2017, aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2018, estimando a RECEITA e fixando a DESPESA em R\$ 403.273.120,97, abrangendo Prefeitura, Câmara e SAAE.

A execução orçamentária da Prefeitura apresentada no quadro a seguir, demonstra a receita prevista para o exercício e o resultado orçamentário em relação a despesa empenhada liquidada e paga neste 1º quadrimestre.

<b>ARRECADAÇÃO PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO</b>						<b>373.523.120,97</b>
<b>RECEITA ARRECADADA ATÉ O PERÍODO</b>						<b>120.400.347,31</b>
	<b>Empenhado</b>	<b>%</b>	<b>Liquidado</b>	<b>%</b>	<b>Pago</b>	<b>%</b>
Despesa Realizada	181.320.930,10	151%	86.650.016,28	72%	82.807.592,42	69%
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-60.920.582,79</b>	<b>-51%</b>	<b>33.750.331,03</b>	<b>28%</b>	<b>37.592.754,89</b>	<b>31%</b>

Os registros atenderam ao que determina a legislação aplicável.

## 2. Pela área de Recursos Humanos (Pessoal):

Os gastos com pessoal estavam dentro dos limites estabelecidos pela legislação federal, sempre considerando o limite máximo permitido e o limite prudencial 51,3% (95% do limite legal da receita corrente líquida), o que nos impõe alertar para o efetivo controle dos gastos com pessoal.

Periodo	RCL	Despesas	%
1º Quad. 2018	330.643.048	150.299.551	<b>45,46%</b>
3º Quad. 2017	318.098.899	147.157.984	<b>46,26%</b>
2º Quad. 2017	309.301.144	139.511.298	<b>45,11%</b>
<b>Exercício 2018</b>	<b>330.643.048</b>	<b>150.299.551</b>	<b>45,46%</b>

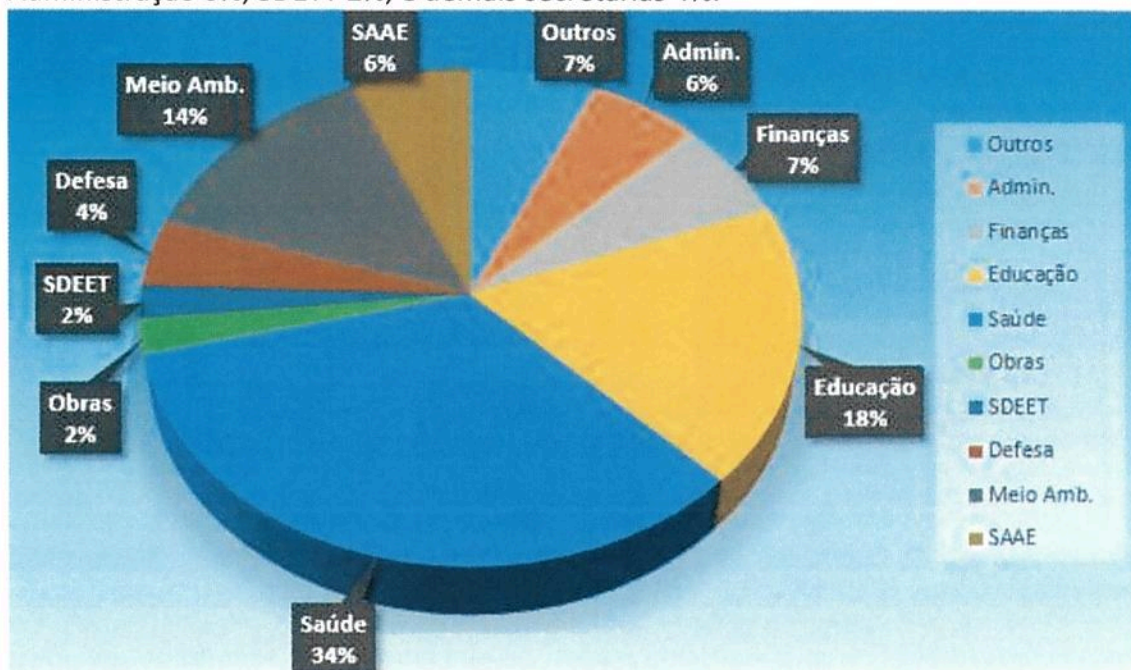
### 3. Receitas:

Os ingressos das receitas estão sendo feitos a contento e, dentro da normalidade prevista na legislação específica para cada origem de recursos. Receitas por fonte de recursos. A arrecadação do 1º Q/2018 foi de R\$ 130 milhões. No 1º Q/2018 o IPTU foi de (R\$ 23.648.291,36) e o ISSQN (R\$ 8.037.589,05), foram os principais itens da arrecadação própria. As principais transferências foram: o ICMS (R\$ 28.314.809,42 milhões); IPVA (R\$ 13.798.681,50 milhões); FPM (R\$ 15.439.764,49 milhões) e o FUNDEB (R\$ 13.039.480,10 milhões).

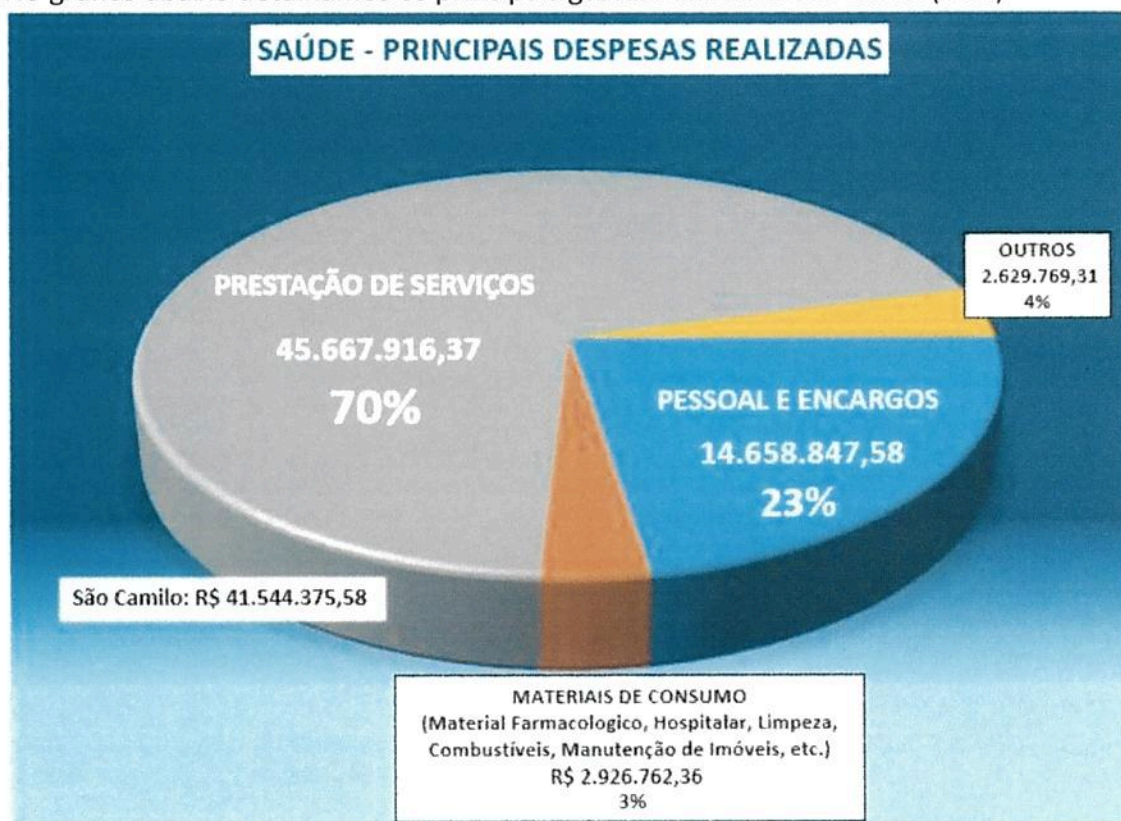
<b>P.M. de Salto (Dados Consolidados) - em R\$ 1.000,00</b>					
<b>RECEITAS</b>	<b>1º Quad. 18</b>	<b>2º Quad. 18</b>	<b>3º Quad. 18</b>	<b>TOTAL 18</b>	<b>ORÇADO 18</b>
TRIBUTÁRIA	37.691			37.691	96.226
PATRIMONIAL	596			596	2.501
SERVIÇOS	12.195			12.195	22.375
TRANSF. CORRENTES	86.632			86.632	246.664
OUTRAS REC. CORRENTES	2.305			2.305	3.820
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>139.419</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>139.419</b>	<b>371.585</b>
FUNDEB	11.590			11.590	29.535
<b>REC. COR. LÍQUIDA</b>	<b>127.829</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>127.829</b>	<b>342.051</b>
REC. DE CAPITAL	596			596	61.222
<b>TOTAL</b>	<b>128.425</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>128.425</b>	<b>403.273</b>

#### 4. Despesas (empenhamento):

O empenhamento neste 1º Quadrimestre foi de **R\$ 193.593**. O percentual do total do empenho ficou em Saúde 34%, Educação 18%, Meio Ambiente 14%, Finanças 7%, Administração 6%, SDETT 2%, e demais secretarias 4%.

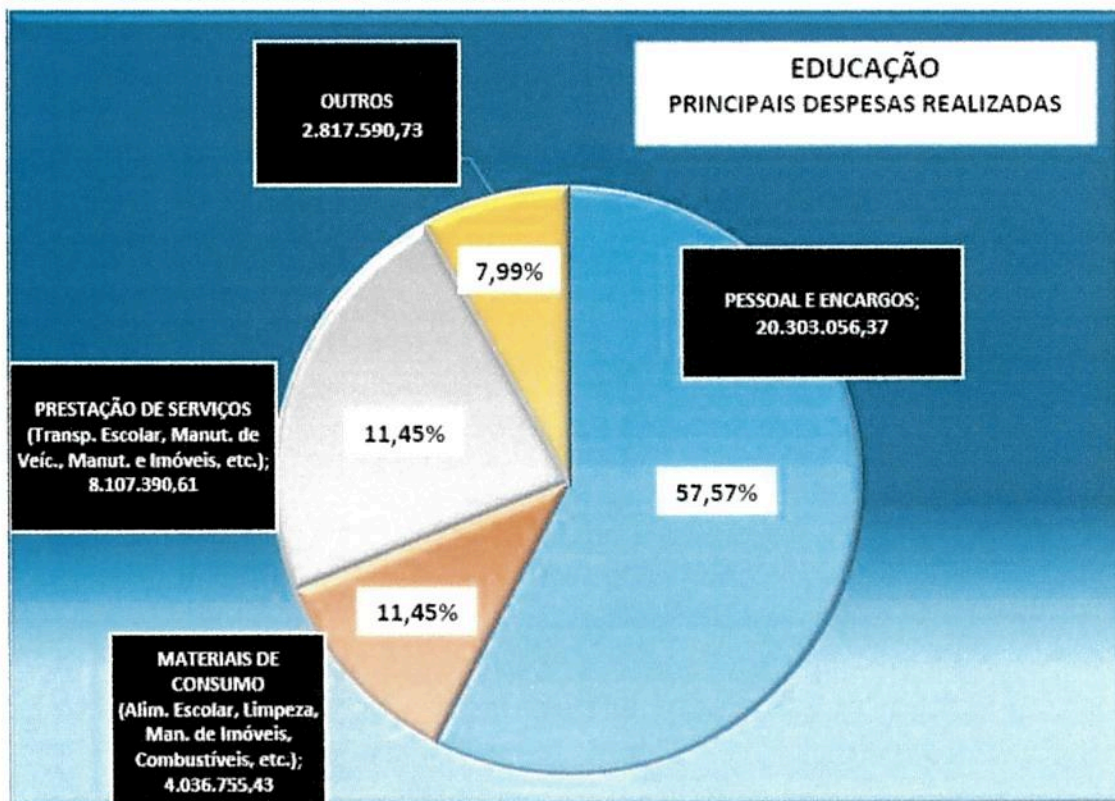


No gráfico abaixo detalhamos os principais gastos realizados em saúde (34%)





E abaixo despesas realizadas na educação (18%)



**DESTAQUES**

Alimentação Escolar: R\$ 5.367.923,55 (Materiais de Consumo)

Transporte Escolar: R\$ 6.363.279,33 (Prestação Serviços)



### 5.Despesas (Educação):

Com relação aos gastos com Educação no ensino especial/ infantil/ fundamental o município atingiu no 1º trimestre de 2018 o percentual de 17,95% (limite mínimo 25%) e na valorização do magistério com recursos do FUNDEB 63,62% (mínimo 60% ano) ultrapassado o limite.

#### **EDUCAÇÃO - 25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS** **DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS** **(INCLUI LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 31/DEZEMBRO/2017)**

<b>TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>				<b>80.674.172,75</b>
<b>APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</b>			<b>25,00%</b>	<b>20.168.543,19</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>EMPENHADAS</b>	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>PAGAS</b>	<b>SALDO A PAGAR</b>
<b>2018</b>	24.729.837,98	15.098.388,85	14.479.954,38	10.249.883,60
<b>2019</b> (Até 31/Jan/2019)		-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>24.729.837,98</b>	<b>15.098.388,85</b>	<b>14.479.954,38</b>	
<b>PERCENTUAIS</b>	<b>30,65%</b>	<b>18,72%</b>	<b>17,95%</b>	
<b>MARGENS</b>	4.561.294,79	-	5.070.154,34	5.688.588,81

#### **EDUCAÇÃO - FUNDEB (100%) E MAGISTÉRIO (60%)**

<b>TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS + APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>				<b>10.895.461,04</b>
<b>APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA MAGISTÉRIO</b>			<b>60,00%</b>	<b>6.537.276,62</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>EMPENHADAS</b>	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>PAGAS</b>	<b>% REALIZADO</b>
<b>OUTROS</b>	3.927.244,36	3.903.863,53	3.718.194,01	34,13%
<b>MAGISTÉRIO</b>	7.502.316,10	7.446.488,38	6.931.670,57	<b>63,62%</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>11.429.560,46</b>	<b>11.350.351,91</b>	<b>10.649.864,58</b>	<b>97,75%</b>
<b>PERCENTUAIS APLICADOS</b>	<b>104,90%</b>	<b>104,18%</b>	<b>97,75%</b>	<b>97,75%</b>



## 6.Despesas (Saúde):

Os índices com saúde superaram os limites mínimos estabelecidos pela legislação aplicada, portanto, atenderam ao princípio da legalidade. Conforme a EC 29/2000 que trata dos gastos com a saúde, o município atingiu 37% (limite 15%), dos recursos próprios. É frequente o investimento na saúde ultrapassar os 15%.

<b>SAÚDE - 15% DOS RECURSOS PRÓPRIOS</b>				
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>				<b>80.674.172,75</b>
<b>APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</b>				<b>15,00%</b>
				<b>12.101.125,91</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>EMPENHADAS</b>	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>PAGAS</b>	<b>SALDO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS</b>
<b>2018</b>	30.206.755,79	13.707.182,35	12.588.845,43	17.617.910,36
<b>2019</b> (Até 31/Jan/2019)				
<b>TOTAIS</b>	<b>30.206.755,79</b>	<b>13.707.182,35</b>	<b>12.588.845,43</b>	
<b>PERCENTUAIS</b>	<b>37,44%</b>	<b>16,99%</b>	<b>15,60%</b>	
<b>EXCEDENTE</b>	<b>18.105.629,88</b>	<b>1.606.056,44</b>	<b>487.719,52</b>	

---

### **7. Controle dos Bens Patrimoniais:**

Bens permanentes serão motivos de registro junto ao departamento de controle patrimonial, secretária da administração.

### **8. Pelo Setor de Licitações, Contratos, etc.:**

As compras e contratações estão dentro da normalidade previstas nas normas portanto, estão revestidas da legalidade necessária.

### **9. Nas Operações de Crédito:**

Não houve operações de crédito que merecesse o competente registro.

### **10. Nos Limites de Endividamento:**

O endividamento público está sob controle e dentro dos limites aceitáveis, não comprometendo a gestão pública.

### **11. Nos Adiantamentos:**

Todos adiantamentos foram utilizados de forma legal dentro dos princípios que rege a lei de adiantamento, foi expedido a Portaria 447/2017 de 01 de setembro de 2017, com Manual de adiantamento, como material de orientação.



---

### **12. Na Dívida Ativa:**

As dívidas ativas do município foram devidamente cobradas, negociações junto aos munícipes. A recuperação de cobrança da dívida é realizada por parte da secretaria de finanças através do Programa Especial de Parcelamento que atende todos os tipos de débitos já inscritos em dívida ativa exceto multa de trânsito.

### **13. Na Gestão Governamental:**

As disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei Orçamentária Anual estão sendo cumpridas.

*Handwritten mark*



#### 14. Resultado Nominal e Primário:

Resultado Nominal		
Especificação	Saldo	
	31.DEZ.2017	30.ABR.2018
1. Dívida Consolidada	53.071.582	51.421.289
2. Deduções	43.777.319	69.750.906
Ativo Disponível	45.928.516	70.532.597
Haveres Financeiros	(732.547)	(734.248)
(-) Restos a Pagar Processados	1.418.650	47.443
3. Dívida Consolidada Líquida (DCL) = (1-2)	9.294.263	(18.329.617)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	38.524.996	35.214.996
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	(29.230.733)	(53.544.612)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>(24.313.879)</b>

Resultado Primário - Em Reais		
Descrição	1º Quad / 18	Meta Anual
1. Receitas Fiscais Correntes	138.888.710,75	3.796.662
2. Receitas Fiscais de Capital	490.534,03	
3. Deduções da Receita	(11.590.075,68)	
<b>4. Receitas Fiscais (1+2-3)</b>	<b>127.789.169,10</b>	
5. Despesas Fiscais Correntes	89.798.072,79	
6. Despesas Fiscais de Capital	2.718.142,71	
<b>7. Despesas Fiscais (5+6)</b>	<b>92.516.215,50</b>	
<b>Resultado Primário (4-7)</b>	<b>35.272.953,60</b>	

---

### **15. Relatório de Prestação de Contas:**

Os relatórios RREO, SISTN, RGF, SIOPE, SICONF, publicações do ensino, foram conferidos por este departamento.

Os contadores da secretaria de finanças fizeram os lançamentos e foram publicados e os enviaram no prazo legal.

Em relação ao SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde), o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento (DESID), **não** disponibilizou o programa de preenchimento dos dados, *comprometendo a entrega dentro do prazo*, tal sistema passa por diversas mudanças na estrutura, a fim de cumprir a missão de aperfeiçoa-lo e adequá-lo ao novo plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), aumentando a visibilidade do gasto em saúde, seguindo tendência mundial na contabilidade pública.

### **16. Denúncias e Representações:**

Não houve denúncias ou representações relevantes a serem incluídas neste parecer pelo responsável do Controle Interno.



---

**17. Conclusão:**

Para o período analisado, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereça remessa deste processo ao Chefe do Poder Executivo ou ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

E por ser a expressão de verdade, assinado o presente relatório de Controle.

Salto, 06 de junho de 2018.

JANAÍNA DE CASTRO

Responsável pelo Controle Interno

José Geraldo Garcia

Prefeito